

# Secretarias de Estado

## Ministério da Justiça

### GABINETE DO MINISTRO

Processos n.ºs 014713/81 e 015833/81

Despacho do Senhor Ministro:

Acolho as razões do Presidente do Conselho Superior de Censura, para o fim de manter a interdição da DCDP referente ao filme objeto dos processos n.ºs 014713/81 e 015833/81 - DCDP.

Brasília, 19 de março de 1982

IBRAHIM ABI-ACKEL  
Ministro da Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DE CENSURA

#### GABINETE DO MINISTRO

Processos n.ºs 006198/81 e 014597/81

Despacho do Senhor Ministro:

Acolho as razões do Presidente do Conselho Superior de Censura, para o fim de interditar, em versão remontada, o filme (e trilha) objeto dos processos n.ºs 006198/81 e 014597/81.

Brasília, 19 de março de 1982

IBRAHIM ABI-ACKEL  
Ministro da Justiça

Processo n.º 013855/81

Despacho do Senhor Ministro:

Acolho as razões do Presidente do Conselho Superior de Censura, para o fim de manter a interdição da DCDP referente ao filme objeto do processo n.º 013855/81 - DCDP.

Brasília, 19 de março de 1982

IBRAHIM ABI-ACKEL  
Ministro da Justiça

Processos n.ºs 016225/81 e 014319/81

Despacho do Senhor Ministro:

Acolho as razões do Presidente do Conselho Superior de Censura, para o fim de considerar liberadas as músicas "Virou vício" de Ivan Linx - Vitor Martins e "Piradinho por você" de Clóvis dos Santos Matias - Geraldo Martins Amorim, mantendo no entanto a interdição para difusão através de rádio e televisão.

Brasília, 19 de março de 1982

IBRAHIM ABI-ACKEL  
Ministro da Justiça

### CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA 19ª REUNIÃO DO CONSELHO  
NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA  
REALIZADA EM 15. 02. 82.

Às dez horas do dia quinze de fevereiro de hum mil novecentos e oitenta e dois, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Ministério da Justiça, quarto andar, sala quatrocentos e setenta. O Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a presença dos Senhores Conselheiros ANTONIO ZAPPA LÁ, FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, JASON SOARES ALBERGARIA, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA, RENÉ ARIEL DOTTI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Aberta a Sessão o Senhor Presidente submetera a ata da reunião anterior ao plenário que a aprovara com emendas propostas pelo Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPA LÁ. Em assuntos gerais o Senhor Presidente informara ao Plenário que recebera dos Conselhos Penitenciários dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Pernambuco, Rio de Janeiro, Alagoas e Distrito Federal, relatórios estatísticos, vinculados ao disposto no art. 109, do Decreto nº 86.643/81, sobre Indulto Natalino. Além disto dera conhecimento de outros expedientes tramitados no CNPP e despachados aos Senhores Conselheiros para apreciação e Parecer em próximas sessões. Ao iniciar os trabalhos contidos na ordem do dia o Senhor Presidente passara a palavra ao Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, que apresentara substancial trabalho relativo à organização dos Anais do I Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária, manifestando na oportunidade, a valiosa colaboração do Senhor Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, àquele trabalho. Após apreciação do CNPP, o citado trabalho foi encaminhado à Universidade de Brasília para publicação. Prosseguindo o Senhor Presidente ceder a palavra ao Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES que proferira parecer relativo a retorno de ex-interno, sob regime de liberdade vigiada ao estabelecimento prisional, embasando-o no Regimento interno do CNPP - (Art. 11, inciso III), que diz: "Para a consecução de suas finalidades, o Conselho deliberará sobre - a fixação de critérios supressivos da rejeição social, para que ao Egresso não sejam opostos obstáculos a seus propósitos de matrícula escolar, de trabalho, de aprendizado ou de inscrição em concursos públicos e privados e de outras atividades lícitas". Apoiado ainda neste enfoque, ressaltara que a mais amarga de todas as penas, não figura na lei - trata-se da "pena de rejeição" que a Sociedade impõe a estes casos, obstruindo oportunidades de reintegração social. Assim, postulando pelo desvanecimento da pena Rejeição Social ao ex-interno e pelo preenchimento de suas lacunas pessoais através dos cuidados que o Sistema deve oferecer-lhe, finalizou: "a liberdade não pode esperar. Portanto, antecipe-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária à vigência da nova legislação, com sugestão ao DEPEN - órgão, hoje, superiormente dirigido pela figura admirável de Jason Albergaria - no sentido de que, a curto prazo (é já que deverá enfrentar o problema global e multiforme depois da conversão em Lei do Anteprojeto de Lei de Execução Penal), firme convênio com a Legião Brasileira de Assistência, com a Pastoral Penal ou com outra organização congênere, em busca de solução, si et in quantum, das questões instantes, e até distantes, envolvidas do tema aqui em referência". Submetido a apreciação, foi o Parecer aprovado pela unanimidade dos presentes que formularam votos de louvor ao relator pela sensibilidade humanística nele demonstrado. Em seguida, o Senhor Conselheiro JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, acolhendo ponderações dos Senhores Con